

Lapidando o poder: a participação feminina no Poder Legislativo de Uberlândia no período de 1990 a 2000¹

*Leandra Paulista de Carvalho*²

DOI: 10.14393/CPCHIS-v29n1-2016-10

Resumo: Propõe-se aqui uma reflexão acerca das relações de poder presentes na atuação feminina dentro do poder legislativo de Uberlândia no período de 1990 a 2000, visando contribuir assim para a renovação temática da historiografia contemporânea regional. Para tanto, tenta-se desvendar estas relações de poder através dos jogos simbólicos intrínsecos nos discursos bem como o cruzamento de conceitos culturalmente construídos para a mitificação da diferença sexual como destaque nesta relação. Para isto, realizou-se uma revisão bibliográfica para averiguação de dados e autores que abordassem aspectos relacionados ao tema bem como entrevistas com os vereadores de Uberlândia, atuantes no período em estudo.

Palavras-chave: Gênero. Política. Poderes.

Abstract: It proposes a reflection on the power relations in the female role within the legislative power of Uberlândia in the 1990-2000 period, to contribute thus to the thematic renewal of regional contemporary historiography. Therefore, attempts to unravel these relations of power presents at symbolic games in the speeches and the intersection of concepts culturally constructed for the mythologizing of sexual difference as highlighted in this respect. For this, we carried out a literature review to investigate data and authors that addressed aspects related to the topic as well as interviews with the legislators of Uberlândia, active during the study period.

Keywords: Gender. Politics. Powers.

Relações de poder: conceitos e contexto

A relação das mulheres com o poder político nos induz a pensar de forma errônea que a discussão é contemporânea na história política. Em alguns países da Europa, como a Inglaterra, ou mesmo do antigo Império Russo, essa relação está presente desde o século XVIII, com algumas conquistas de direitos sociais e, posteriormente, civis e políticos. Diferentemente, nos países latino-americanos, africanos e árabes, a realidade é a desigualdade em múltiplos aspectos³.

¹ Este texto resultou da monografia apresentada no Curso de Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia para obtenção do título de bacharel.

² Bacharel com Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: leandrapaulista@gmail.com

³ AVELAR, Lúcia. Mulher e política: o mito da igualdade. *Democracia Viva*, [S.l.], n. 32, p. 98-102, jul./set. 2006.

Como a categoria Gênero não se apresenta no interior de um sistema definido, como um conceito acabado, abre-se às várias possibilidades analíticas, desde a incorporação dessa discussão no campo marxista, até uma estratégia diferenciada, num campo teórico-epistemológico mais próximo dos pós-modernos ou pensamento das diferenças. Segundo Scott⁴ “o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças sexuais, é a forma primeira de significar as relações de poder”.

Neste sentido, procurando desfiar a teia das relações de poder, pensa-se as relações de gênero enquanto relações de poder, e nesse sentido a dominação não se localiza em um ou em outro, no homem ou na mulher, mas sim nos jogos relacionais e de linguagem. Justifica-se a temática por ser a política uma trincheira de resistências à inclusão de questões sobre as diferenças e por ser a mulher o melhor exemplo da luta pela igualdade dos direitos de cidadania. Trata-se de uma mudança não apenas de objeto de estudo, mas de campo epistemológico e, portanto, comporta profunda crítica aos paradigmas até então utilizados pelos estudiosos das ciências humanas.

Quando falamos de poder, direcionamos a um sentido mais amplo, de potência, que inclui, mas não se restringe ao poder político. É de extrema importância perceber o jogo, ou os múltiplos jogos que se estabelecem nas configurações discursivas. Estas formulações se aproximam muito do pensamento de Foucault quando ele descobre um novo domínio de problematização: a produção do próprio indivíduo e sua maneira de agir, ser e sentir. Somos produzidos por relações de poder, somos efeito mais do que produtores. Neste sentido, cabe ao historiador perceber essas redes, que codificam e atravessam o poder, e os mecanismos de funcionamento do poder. O poder não é um objeto natural, mas uma prática social que se constitui historicamente.

O que Foucault chamou de microfísica do poder significa tanto um deslocamento do espaço da análise quanto do nível em que esta se efetua. Dois aspectos intimamente ligados, na medida em que a consideração do poder em suas extremidades, a atenção as suas formas locais, a seus últimos lineamentos tem como correlato a investigação dos procedimentos técnicos de poder que realizam um

⁴ SCOTT, Joan. História das mulheres. In: *A escrita da história*, BURKE, Peter (Org.), São Paulo: UNESP, 1992.

controle detalhado, minucioso do corpo – gestos, atitudes, comportamentos, hábitos, discursos.⁵

As diversas representações de poder contidas nas relações sociais são, de fato, questões políticas. E nesse encaminhamento, a prática dos direitos formais do cidadão é um instrumento de suma importância para analisarmos as teorias de participação política. As representações que perpassam a política consistem essencialmente na simulação do poder do povo, designado de corpo eleitoral, que não delega nenhum poder, não manda, mas atua como instrumento de designação de seus representantes de modo a lapidar o papel deles e filtrar os interesses comuns dos seus representados.

O direcionamento de uma pesquisa abordando aspectos relacionais se torna pertinente à medida que o próprio sistema político reconhece a necessidade de convocar a mulher a participar das esferas de poder público, marcando assim a tentativa de consolidação da democracia brasileira.

Cabe à política organizar a convivência social e solucionar os conflitos gerados. Com os novos valores estabelecidos, o aprendizado da democracia aponta para o povo o verdadeiro sentido de poder. Porém, no Brasil, até então, somente a liberdade é praticada e não a democracia em seus termos, que se permite participar de interesses públicos. Tais mudanças apontaram, também, a mulher como figura de múltiplos poderes, mas que não exercia o poder da sua classe e nem era representada em seus interesses por seus eleitos.

O tema da participação das mulheres na vida política e da sua presença na elite política tornou-se prioritário no campo dos debates sobre a consolidação da democracia e no alcance da igualdade de direitos na década de 1990. A participação político-partidária é uma realidade relativamente nova no contexto político brasileiro e no horizonte existencial das mulheres brasileiras. É mais comum nos países com tradição de lutas pelos direitos sociais e políticos, pois a presença das mulheres na vida política está intrinsecamente ligada à expansão progressiva dos direitos de cidadania.

Antes de adentrarmos no assunto, há de se esclarecer como o Brasil caminhou para a democracia. O Brasil é um país pobre de guerras ou lutas em busca de sua

⁵ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1990, p. XII.

independência. Não passou por revoluções como a França, a Inglaterra e os Estados Unidos. Houve algumas rebeliões e revoltas regionais mais no sentido separatista, como a Conjuração Mineira e a Revolução Farroupilha. A independência brasileira aconteceu por meio de negociação entre a elite nacional, a coroa portuguesa e a Inglaterra. Não há registros de grandes movimentos de populares em busca deste avanço. O povo assumiu, em sua maioria, apenas um papel considerado de espectador.⁶

Neste contexto, destaca-se que a longa escravidão no Brasil retardou o processo de aprendizado da democracia, que por sua vez se apresentava lento e é, em toda história social a grande barreira para a cidadania. Ainda segundo Carvalho⁷, a próxima fase, da libertação, também não auxiliou na consolidação da democracia. Quando o direito ao voto chegou aos libertos foi de forma imposta e vigiada. Os escravos libertados não eram alfabetizados e se quer recebiam orientações sobre os seus direitos. Muitos deles, logo após a sua libertação, aceitavam escravizar outros. Pode-se afirmar que esta postura hoje corresponde ao tão conhecido discurso de candidatura, onde os candidatos prometem o combate à corrupção e após eleitos são envolvidos nos próprios escândalos de corrupção.

A partir daí o que se observa na história, conforme citam as fontes, são alguns movimentos e manifestos em busca de pequenas melhorias de serviços públicos ou conquistas de direitos. Os anos de 1920 foram marcados por muitas revoltas políticas (tenentismo, dissidências oligárquicas), sociais e culturais, além da crise econômica de 1929. Somente a partir de 1930 que se detectou um avanço acelerado nas questões sociais ou políticas. O período de 1930 a 1937 representou a primeira tentativa da participação popular na política nacional, quando da criação dos movimentos populares de oposição ao governo. Somente na década de 1940, com a ampliação dos direitos sociais e trabalhistas, com o real valor do voto no processo eleitoral é que podemos apontar para o início da democracia no país. A Constituição de 1946 ampliou o direito ao voto a todos os cidadãos (homens e mulheres) a partir dos 18 anos de idade, desde que alfabetizados. O voto era secreto, direto e obrigatório. Esta norma vigorou até 1964. Porém a experiência democrática recém-começada estagnou com a intervenção militar e a nova ditadura.

⁶ CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil. O longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, 3. ed.

⁷ Idem.

Durante os governos militares, de 1964 a 1984, os direitos de expressão ou de opinião foram restringidos face à desculpa do medo do comunismo. Os direitos civis e políticos foram reprimidos por meio de medidas, os atos institucionais. Houve censura prévia a todos os meios de comunicação. A década de 1970 já apontava para o treinamento de lideranças políticas, com o despertar da consciência de direitos como no Movimento dos favelados, onde estes buscavam a legalização de suas posses.

Somente a partir de 1983, quando o Brasil presenciou um dos maiores movimentos populares de mobilização da sua história, com a campanha pelas eleições diretas – Diretas Já – é que recomeçou-se o caminhar da democracia. A Constituição de 1988 facultou o voto aos analfabetos, assim como aos menores de 18 anos de idade desde que maiores de 16 anos de idade. No processo eleitoral, o sistema deixou de ser bipartidário para ser multipartidário.⁸

Na intenção de efetivar a democracia na década de 1990, algumas medidas de correção da desigualdade de acesso ao poder foram tomadas pelo sistema político brasileiro. A primeira implantação, conhecida por cotas, surgiu no 1º Congresso do PT (Partido dos Trabalhadores), em 1991, em decorrência da ação das feministas petistas. Após acirrada discussão, o PT determinou em resolução própria a presença de 30% de mulheres na composição dos seus Conselhos e Comissões Dirigentes. Estas medidas ficaram conhecidas como ações afirmativas que ainda hoje visam elaborar estratégias destinadas a estabelecer a igualdade de oportunidades, que compensem ou corrijam as discriminações resultantes do sistema ou das práticas sociais. Foram introduzidas leis que asseguravam a participação da mulher nos processos eleitorais, que inicialmente destinava 20% das vagas, de cada partido ou coligação, para a candidatura de mulheres. Atualmente vigora a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que determina a reserva de 30% das vagas para homem ou mulher. Em função da dificuldade em se ter um grande número de candidatas, o senso comum diz que a reserva é para as mulheres.

Segundo Avelar⁹, as mulheres “fazem diferença” na política ao trazer para a vida pública experiências distintas e uma outra perspectiva, as quais, somadas às dos homens ampliam o campo das temática tratadas na política pelo simples fato de que

⁸ TSE disponível em <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos>. Acesso em 23 de maio de 2016.

⁹ AVELAR, Lucia. *Mulheres na elite política brasileira: canais de acesso ao poder*. São Paulo: Konrad Adenauer Stiftung. Fundação Konrad Adenauer, 1996.

diferem em suas prioridades. Estudos feministas dos anos 1980 já apontavam para a necessidade de debater questões que envolviam direitos à maternidade, aborto, violência contra a mulher, sexualidade, contracepção e outros assuntos do cotidiano que se passavam despercebidos no universo masculino. Dessa forma, a presença da mulher no poder público, realizou uma mudança de perspectiva na tradicional concepção de política, uma vez que a noção universal do sujeito com poder era masculina.

Ainda em aprimoramento, a política de ações afirmativas já definiu bem os seus objetivos: eliminar as desigualdades no acesso da mulher ao poder político, formação escolar e profissional; construir iniciativas e projetos de capacitação e formação para igualdade de oportunidades; aumentar a presença de mulheres em diversos segmentos profissionais, campos de trabalho e postos de responsabilidade e decisão em todos os níveis; construir um novo sistema político de organização educacional e de trabalho fundado na igualdade de oportunidades e de resultados, entre homens e mulheres; valorizar os recursos humanos; assumir a diferença sexual como riqueza e não como problema, objetivando o melhor equilíbrio nas responsabilidades familiares, profissionais e políticas na vida de homens e mulheres.¹⁰

Politicamente, igualdade e diferença são até compreendidas como conceitos contrapostos, pois a primeira dá impressão de positivo enquanto a segunda, de negativo. O importante não é eliminar as diferenças em nome da igualdade, mas ao contrário, as diferenças de gênero devem ser reconhecidas e integradas nas teorias e práticas. Isso implica em recriar um paradigma e uma concepção de democracia. Atualmente fala-se na eliminação das discriminações baseadas nas diferenças.¹¹

Uma vez implantada a lei que assegura a candidatura de mulheres em diversos segmentos políticos, observa-se que ainda é baixa a participação feminina na política. Um conjunto de explicações aponta para vários fatores que indicam o desinteresse por parte das mulheres, em se inserirem no campo do político. Os ciclos de vida da mulher – casamento e maternidade – ampliam grandemente suas tarefas, que ainda hoje são definidas pela socialização diferenciada entre homens e mulheres. Nesta visão, as tarefas do lar e da maternidade ainda são vistas como atividades

¹⁰ SUPPLY, Marta. Novos paradigmas nas esferas de poder. In: *Estudos Históricas. Estudos Feministas*. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 132.

¹¹ Idem.

exclusivas das mulheres. Há uma tendência à igualdade no dever da criação dos filhos e no cuidado do lar nos tempos modernos, mas ainda é bem discreta, como observa-se nos discursos dos (as) entrevistados (as).

Para além das atividades do lar e da maternidade, as mulheres destes dias são trabalhadoras das mais variadas atuações. Enfrentam a mesma jornada de trabalho que os homens agregando ainda, ao seu dia, todas as demais tarefas da sua rotina, que já citamos anteriormente. Ainda assim, sua remuneração é menor que a do homem em muitos cargos e empregos. Muitas mulheres são chefes de família e se deparam com a discriminação descarada aos cargos superiores pelo próprio exercício de liderarem um lar com seus filhos. Não há um suporte adequado, por parte do poder público ou privado, que lhes assegurem a distribuição destas atividades. Questões estas que só foram pensadas após a presença da mulher na elite política e nos movimentos sociais.

O cotidiano do poder legislativo uberlandense

Um dos aspectos mais importantes deste trabalho é a ênfase do papel da participação feminina em um campo tão complexo que é o mundo da política. Um território quase exclusivamente masculino e que representa um grande direito da cidadania: o de votar e ser votado. Trazem-se para a discussão os conflitos de um processo no qual desemboca as mais variadas formas de relacionamento e em que a discriminação às vezes é sutil e outras vezes, explícita.

De acordo com o propósito deste estudo a utilização de fontes documentais oficiais e não oficiais foram recuperadas para a discussão. Neste sentido, a realização das entrevistas e a observação *in loco* das sessões do plenário nos anos de 1999 e 2000 apresentaram-se como fontes fundamentais para o diálogo com os questionamentos levantados. Os documentos oficiais pesquisados encontravam-se no acervo da sala de Assessoria Técnico Legislativo, local também privilegiado pelas fontes e discussões entre os (as) vereadores (as), e constituíam-se de atas das sessões e livro de projetos tramitados.

Adentrando no cotidiano da Câmara Municipal de Uberlândia questionam-se os posicionamentos dos sujeitos envolvidos neste cenário por meio de entrevistas, que aliadas a uma reflexão teórica, ajudam a elucidar um pouco mais esta

problemática dentro de um espaço de poder local. O questionário de entrevista variou de acordo com o trabalho de cada vereador (a), tendo em vista que estes tinham projetos diferenciados que variaram de acordo com o interesse do partido ou particular. Todavia também abordou questões comuns a todos, como a opinião sobre a atuação da mulher na política e as dificuldades da inserção da mulher na política partidária observadas pelos entrevistados. As entrevistas foram feitas oralmente e gravadas aos(às) vereadores(as) aqui denominados por: vereadora 1 (PSDB), vereadora 2 (PSB), vereador 3 (PFL) e vereador 4 (PPB). Para preservação dos dados, utilizam-se os codinomes citados. Os locais das entrevistas foram os próprios gabinetes dos(as) vereadores(as) em datas diversas.

Não se realizou uma análise “feminista” que visasse apenas as questões debatidas nestes movimentos, contudo discute-se o que neste período (1990 a 2000) poderia ser a justificativa para a pequena presença das mulheres na política partidária na cidade de Uberlândia. Entende-se que as relações de poder entre gêneros podem construir condições de igualdade de acesso e exercício do poder bem como condicionar a situação de acordo com os interesses dos atores envolvidos nesta disputa.

Na cidade de Uberlândia, 70% dos servidores públicos municipais eram mulheres neste período, segundo a vereadora 2. No entanto, atuantes no poder legislativo, eram apenas duas vereadoras no interstício de 1997 a 2000. Enquanto no mandato anterior era apenas uma. Em 1992, nas eleições municipais, as mulheres conquistaram 3,3% de representação, chegando a 7% nas eleições de 1996.

Em 1996 Uberlândia contou com uma grande conquista política. Após 109 anos uma mulher chega ao cargo de Vice-Prefeita – Niza Ribeiro da Luz. Homens e mulheres são diferentes pela imposição dos papéis sociais e contribuem de modo diferente para o bem comum, com o mesmo direito de acesso aos bens, recursos e gestão da sociedade. É a partir do momento em que homens e mulheres caminham para o mesmo objetivo, porém com visões diferentes sobre o mesmo assunto, que os resultados apresentados são mais positivos e promovem maior satisfação do eleitorado.

No sentido da paridade e da disputa entre gêneros, a vereadora 1 teve a seguinte opinião:

“Então eu acho que a nossa caminhada é de homens e mulheres. Eu gostaria imensamente que houvesse mais mulheres. Que nós tivéssemos aqui meio a meio. Isso seria muito importante, eu acho que crescerá muita a visão, menos de negociação e mais de busca de soluções”¹²

Um primeiro fator no conjunto das explicações para a baixa participação feminina na política refere-se à socialização diferencial entre homens e mulheres, em cuja base encontrou o aprendizado dos papéis ligados ao sexo, sob os valores de uma “cultura feminina” que reforça os valores da socialização diferenciada. O segundo fator refere-se aos ciclos da vida da mulher, os quais já foram relacionados anteriormente e como foi dito pelos(as) entrevistados(as).

Segundo o vereador 3 :

Eu acho que, por exemplo, existem barreiras como a questão de ser mãe, a questão de ser esposa ou de estarmos numa sociedade machista, de ser impedida muitas vezes de sair de casa, não ser tão livre para sair, vamos dizer, como homem. O homem fica até tarde na rua e tem contato com várias pessoas e tem como levar, vamos dizer, sua mensagem. A mulher já é mais discriminada nesse sentido. Eu acredito que ainda exista diferença na questão do trabalho, as vagas dos cargos de maior patente, digamos assim, dos cargos melhor remunerados, geralmente, são da sua maioria, ocupados por pessoas do sexo masculino ainda. Mas eu ainda vejo desinteresse por parte das mulheres, em geral, em poderem correr atrás.¹³

Observe-se neste discurso o quão arraigada está a associação dos cuidados do lar, da educação e transmissão de valores aos filhos como tarefas exclusivas do universo feminino, sendo assim próprias do domínio privado. Isto fez com que o homem pudesse estar no mercado de trabalho, participando dos assuntos de domínio público ao mesmo tempo em que busca a manutenção para sua família.

Ainda segundo o vereador 3:

Nós temos que investir principalmente na educação desse povo, na formação do preparo desse povo para realmente nós termos ele inserido, no contexto mundial, nos países de 1º Mundo. E para isso acontecer está um pouco distante, exatamente porque nós não temos uma educação que leve a isso. Eu acho que tendo escola, tendo vagas nestas escolas não significa que nós estaríamos tendo

¹² Entrevista realizada em 23/12/1999.

¹³ Entrevista realizada em 05/04/2000.

automaticamente esta educação, não significa que nós não termos analfabetos que teremos uma população preparada. Eu acho que o preparo deve ser de várias formas tanto para poder saber, quanto para ter uma vida digna com seu trabalho e tal, mas para produzir para o país.¹⁴

Chegamos aos fatores cruciais que justificam esta diferença: a educação e a posição socioeconômica. Assim, quanto mais alto o grau de escolaridade obtido, quanto maior o prestígio de sua profissão, quanto mais alta a ascensão social e o poder econômico, quanto mais elevado o seu status na rede de inter-relações social e pessoal, maiores são as chances de ascensão à elite política. Assim como aconteceu ao fim da escravidão onde os libertos alfabetizados passaram a ter direito ao voto sem, contudo, que antes houvesse a alfabetização desta parte da população, após a implantação das cotas não houve uma preocupação anterior em preparar as mulheres para disputar eleições.

Sendo assim, o importante não é eliminar as diferenças em nome da igualdade, mas ao contrário, as diferenças de gênero devem ser reconhecidas e integradas nas teorias e práticas. Isso implica em recriar um paradigma e uma concepção de democracia.

Com base no questionário das entrevistas, constata-se que a ideia tão ingenuamente defendida de que uma mulher eleita poderia espontaneamente defender os interesses das mulheres, antes mesmo de defender o programa do seu partido, não era apenas fraca do ponto de vista da sua verificação empírica, mas revelou a deficiência da democracia que consiste em desejar que os membros políticos agissem segundo seu pertencimento de gênero. Observa-se na fala da vereadora 2 estas questões.

Talvez pode ser uma falha minha também, por eu não ser muito orgânica, eu sou muito dispersa, talvez pode ser isso, ou talvez a disputa por ser mulher talvez a gente tenha dificuldade maior com o movimento de mulheres. É uma disputa, ela é camuflada, se você disser isso as pessoas vão negar. Então, infelizmente até numa fábrica quando eu vou panfletar, o homem recebe melhor o meu panfleto do que a mulher. Eu creio que não fui apoiada pelo movimento de mulheres organizado, como tem algumas candidatas a nível nacional que são apoiadas especificamente por uma categoria. Por exemplo: eu não tenho, até tenho um trabalho nessa área, mas como mulher sou respeitada pela minha atuação, pela

¹⁴ Idem.

pessoa, mas eu acho que não basta ser mulher pra poder saber respeitar os anseios de nós mulheres. Porque tem que ter sensibilidade com o problema mais global, a questão da mulher, a questão de gênero e algo mais, eu acho que ela é uma questão, é, como eu diria, dentro de um contexto maior que é da própria sociedade, de como que ela trata o homem e a mulher, nesse sistema que nós vivemos. Então não foi um trabalho especificamente nessa área, até eu sentia, eu não posso dizer que eu sentia discriminada pelo movimento. Acho que não.¹⁵

De acordo com a resposta da entrevistada, fica claro que assim como o exercício do voto não garante que os eleitos serão atentos aos problemas mais urgentes de seus eleitores, a elegibilidade da mulher também não amplia o debate sobre as questões deste gênero.

Quando perguntou-se também à vereadora 1 se ela se preocupava em defender projetos que beneficiassem a condição feminina ou ainda se esta foi a preocupação inicial da sua carreira, a resposta foi a seguinte:

Eu vejo que é complexo. A Câmara Municipal de Uberlândia teve oito vereadoras em sua história e tivemos aqui no plenário mulheres excepcionais, mulheres de grande cultura, de uma vivência profunda, profissional o que trouxe à Câmara um nível excelente, eu diria, das mulheres que participaram. Nós tivemos a Olga, que era professora; tivemos a Normy que foi diretora muitos anos; tivemos a Martha Panunzio, professora, militante e escritora; nós tivemos a Nilza Alves, a vereadora mais votada até a última legislatura, pessoa de uma cultura proeminente e combativa, uma pessoa que exerceu a função por um longo tempo, um mandato de seis anos se eu não me engano, um mandato tampão, que penou na mão dos homens que aqui estavam, por sua cultura e sua capacidade que, com certeza, incomodou a muitos aqui pela sua capacidade de atuação; historiadora. (...). E vim eu para estar aqui. Não sou “expert” em educação, em social, em nenhuma área. Não sou técnica, mas eu configuro de certa forma a média da mulher média.¹⁶

Nota-se que quando a mulher é envolvida na militância anterior ao trabalho político partidário, a sua legislatura é mais marcante que as demais. Pode-se afirmar que os movimentos sociais funcionam como escola política para as mulheres envolvidas na militância.

¹⁵ Entrevista realizada em 05/04/2000.

¹⁶ Entrevista realizada em 23/12/1999.

Pode-se concluir com isto que a participação da mulher na política partidária representa uma importância diferente para estes políticos. Mas para conseguirem se destacar ou simplesmente sobreviverem em um ambiente essencialmente masculino, como a política, muitas mulheres se veem obrigadas a abandonarem quase que por completo suas tarefas cotidianas, assumindo por muitas vezes uma postura masculina, para conquistarem respeitabilidade que seus cargos exigem e garantirem condições de igualdade com seus opositores. No caso das duas vereadoras ficou claro que elas não tiveram essa preocupação como prioridade e no caso da vereadora 2, ela demonstrou até uma indiferença ao movimento de mulheres.

Nessa perspectiva, as respostas serviram também para definir a máquina legislativa e seu funcionamento. Conclui-se que esta se movimenta de acordo com os interesses do povo e do próprio vereador ou vereadora. Muitas vezes a concorrência é a principal engrenagem que move esta máquina tão complexa e maquiavélica que é o poder legislativo. A representação política não funciona para resolver os grandes problemas da maior parte da população, mas revela a força das grandes corporações, sejam elas empresas, bancos, indústrias ou categorias. O papel do legislador reduz-se, à maioria, apenas como intermediários nos interesses do poder Executivo.

A consciência do “ser” mulher parece não mobilizar muito as nossas vereadoras. Nenhuma delas, como já dissemos, teve como objetivo defender os interesses vindos do sexo feminino. O desejo de melhorar as condições de vida no município, num sentido amplo, supera os demais objetivos para estas.

As razões apontadas por nossos (as) vereadores (as) para candidatarem-se ao cargo público são muito variadas. De acordo com as mesmas pode-se afirmar que as justificativas encontradas resumem-se: desejo de representar o povo, ajudar o partido, atender solicitação de amigos e, para melhorar o município. Os interesses familiares são determinantes, apesar de encontrarem-se disfarçados em palavras como convite, ajuda, solicitação, entre outras, que fora observado durante as entrevistas.

Na fala do vereador 4, a resposta dada foi:

Eu não tinha intenção de candidatar a nenhum cargo público mas a vida inteira eu lidei com pessoas, eu participei com pessoas e em março de 1992, um grupo de amigos, cerca de trinta pessoas, me procurou dizendo que era importante eu aceitar assumir um cargo e eu retruquei naquele momento, não queria de forma alguma porque

nunca tinha me passado pela cabeça e quando foi em abril nós decidimos junto com esse grupo de amigos que era de assumir a candidatura a vereador aqui em Uberlândia.¹⁷

A resposta da vereadora 1 foi a seguinte:

Em função deste comprometimento com as pessoas e crendo no projeto de Deus para minha vida que fui delineando ao longo do tempo, sem saber o que era a questão política, que poderia servir numa amplitude maior e por isso, de repente, me deparei com a política e entrei.¹⁸

Enquanto que na fala da vereadora 2 obtivemos a seguinte justificativa:

Eu era política e não sabia. Então eu sempre fui uma pessoa que queria muito participar da vida orgânica da cidade. Eu já participava do grupo de jovens da Capela Santo Antônio, foi onde começou a minha primeira participação política, foi pela igreja. Eu participava de um grupo “Juventude e Ação Mariana” e nós fazíamos uns trabalhos interessantes na área social. Então eu comecei logo em seguida na Capela Santo Antônio no grupo de jovens e a igreja me deu essa visão de justiça. E eu já logo comecei a conviver com pessoas que tinham uma visão além da igreja e que eram da igreja. Era uma visão bem mais avançada. Daí eu comecei a participar de associação de moradores, mobilizar para alguns interesses da população onde eu morava, depois eu fui para a UESU (União dos Estudantes Secundaristas de Uberlândia) e até o momento eu não tinha ideia de entrar na política. Disputei eleição lá. Nós ganhamos. Fizemos um trabalho interessante e eu comecei a ser conhecida e de repente me filiei a um partido, um partido político – o PCdoB (Partido Comunista do Brasil) – e antes disso eu procurei alguns amigos da associação de moradores; eu queria ajudar nas eleições, eu queria ajudar um candidato que ajudasse o povo, que tivesse sensibilidade e que fosse um candidato ..., eu tinha um perfil de um candidato, então era essa visão que eu tinha. (...) E aí eu ajudei no partido durante três eleições e ajudei a construir o partido também, aqui em Uberlândia, e depois disso o pessoal – depois que o candidato já tinha saído pelo partido três vezes- disseram, olha, agora o candidato vai ser você. (...) Então minha primeira eleição em 1992 - eu estou no segundo mandato como vereadora - foi considerada um fenômeno que até então eu era conhecida em algumas bases sindicais e estudantil onde houve alguns movimentos, mas não era para a cidade uma figura conhecida. Então foi considerado um fenômeno porque ninguém sabia quem era que estava disputando a eleição.¹⁹

¹⁷ Entrevista realizada em 21/02/2000.

¹⁸ Entrevista realizada em 23/12/1999.

¹⁹ Entrevista realizada em 05/04/2000.

Durante as sessões assistidas, percebia-se a forma com que cada um usava o poder que tinha, fosse ele o da fala, do convencimento, da simpatia ou o da competência. Conforme se observa nos trechos em destaque das entrevistas, muitos utilizam a mídia para se manterem no poder.

Notou-se ainda que a presença das mulheres incomodava os homens. Isso se deu pelo modo como elas averiguavam os fatos e fatores políticos, em que a justificativa, segundo os vereadores, reside na “intuição feminina”. De um modo mais amplo, a relação entre eles é conflituosa exatamente pela concorrência que a política provoca.

Nesse sentido, o vereador 4 teve a seguinte opinião:

Neste momento você está me fazendo uma pergunta direcionada exatamente para as duas vereadoras. Eu posso dizer o seguinte: eu para falar aqui e agora eu teria que ser antiético. Estou engasgado, entalado, mas... eu vejo que tem uma vereadora que demonstra seriedade e outra demonstra fantasia.²⁰

As vereadoras, por sua vez, desenvolviam estratégias de poder em relação aos colegas: Vereadora 1 mostrara-se competente, disposta e sempre presente às sessões, participando exaustivamente de todos os compromissos da Câmara. A vereadora 2, por sua vez, mantera-se atenta aos programas do seu partido, enfrentando os seus pares com determinação e domínio próprio.

Não existe diálogo sem discussão no que se refere aos assuntos da casa. Muitas vezes nos deparávamos, nos corredores, com reclamações de que um queria “roubar” o projeto do outro. No fim, acabavam-se formando os grupos de oposição. Isso implicava de modo negativo porque pelo simples motivo de “ser do contra”, muitos projetos de alta importância para a população deixavam de ser aprovados.

Outros apontamentos

Observa-se que a partir do início da década de 1990 houve uma mudança de foco, tanto no âmbito da prática política como da produção teórica. Passou-se a pensar mais o tema da relação das mulheres com o poder de Estado, do ponto de vista de suas estratégias de participação nas instâncias decisórias. Redirecionou-se a

²⁰ Entrevista realizada em 21/02/2000.

ênfase das formas de protestos à ênfase na formulação de políticas dirigidas à ampliação da participação institucional. Com efeito, a formulação de estratégias capazes de redefinir a presença das mulheres como sujeito coletivo ganhou centralidade nos movimentos. Com isso, passou a ser, também, objeto de maior atenção acadêmica.

A política ainda é um assunto público, mas com domínio masculino. Daí a necessidade de construir um conceito de cidadania restritivo em relação às mulheres. O ativismo das mulheres expandiu a forma e o campo da política, e eventualmente redefiniu o que tinha valor político para todos, oferecendo-nos um modelo de cidadania social importante para as revisões contemporâneas.

Em decorrência, os direitos políticos da mulher, consubstanciados no exercício do voto foram efetivados apenas, em alguns casos, na metade do século XX. Essa trajetória ajuda a explicar a lacuna existente nos espaços de representação política, quando comparada à dos homens. Em suma, não se pode compreender a política e suas transformações a menos que se amplie a compreensão das variedades de participação.

É fato que a ampliação do número de mulheres no processo eleitoral, tentando a representação, tem um significado político e tende a influenciar o universo dos que serão representantes. Insiste-se mais uma vez; não se pode compreender inteiramente o sucesso ou o fracasso, ou mesmo as estratégias e táticas daqueles que atuam na política se não for levada em consideração as suas relações.

Uma série de questões relativas às estratégias tem a ver com as relações entre os “de dentro” – aqueles que trabalham como formuladores e implementadores de políticos, que são os eleitos – e os “de fora” – aqueles que fazem manifestações, reivindicações, tentam criar instituições alternativas e que são os eleitores. Para percebermos como os diferentes grupos políticos percebem seus papéis e medem seus sucessos é preciso pesquisar como se dá a relação entre os eleitores e eleitos ou mesmo entre os eleitos entre si. Os estudos sobre a participação das mulheres na política podem nos ajudar a expandir nossa compreensão, ainda limitada quanto às políticas públicas e os conceitos de cidadania e democracia presentes nesse universo e na sociedade.

A proposta do artigo em retratar o comportamento dos políticos diante da participação da mulher na política partidária, atuantes no poder legislativo de

Uberlândia no período de 1990 a 2000, trouxe objetivos como buscar compreender o significado histórico da participação feminina na política partidária no contexto delimitado. A pretensão é em, também, esclarecer o sentido da criação de uma legislação de cotas para a disputa de eleições bem como perceber a diferença que a figura feminina poderá fazer para a sociedade e a história político-partidária do seu tempo.

Uma discussão aprofundada com os estudos mais recentes sobre o assunto será objeto de novas pesquisas. Há que se rever e debater sobre a passagem do discurso teórico da inclusão feminina na política partidária para a prática neste campo de estudo. É fundamental que se investigue a importância da figura feminina nas diversas instâncias de poder, as conquistas e as dificuldades que vieram com a legislação de cotas e com a presença da mulher no (s) poder (es), as diferentes inserções das mulheres na política, as manobras de manipulação da massa. Todavia, estes são assuntos para novos trabalhos.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Clara M. Mulheres e representação política - a experiência das cotas no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, v. 6, n.1, 1998.

AVELAR, Lúcia. Mulher e política: o mito da igualdade. *Democracia Viva*, n. 32, p. 98-102, jul./set 2006.

_____. *Mulheres na elite política brasileira: canais de acesso ao poder*. São Paulo: Konrad Adenauer Stiftung. Fundação Konrad Adenauer, 1996.

AVELAR, Lúcia. *Sistema político brasileiro: uma introdução*. Lúcia Avelar & Antônio Octávio Cintra (org.). - Rio de Janeiro: Fundação KonradAdenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação Unesp, 2004, 416p.

BESSA, Karla A. M. (Org.) Trajetórias do gênero, masculinidades. *Cadernos Pagu*, nº 11, Campinas, 1998.

BONAVIDES, Paulo. *A crise política brasileira*. Rio de Janeiro: Forense, 1983.

BORGES, Vavy Pacheco. História e política: laços permanentes. *Revista Brasileira de História*, vol. 23/24, ANPUH, Editora Marco Zero, 1992.

BRASIL. *Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997*. Estabelece normas para as eleições. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9.504.htm>. Acesso em: 23 de maio 2016.

CALIXTO, Daniela B. Borges. *Formas de inserção da mulher no mercado de trabalho em Uberlândia (1986-1997)*. Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Uberlândia, 1999.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil. O longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, 3. ed.

COELHO, Leila Machado & BAPTISTA, Marisa. A história da inserção política da mulher no Brasil: uma trajetória do espaço privado ao público. *Revista Psicologia Política*. [online]. 2009, vol. 9, n. 17, p. 85-99. ISSN 1519-549X.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 11. ed., Rio de Janeiro: Graal, 1997.

MARTINS, L. M. *Partidos, ideologia e composição social*. São Paulo: USP, 2002.

OLIVEIRA, Eleonora Menicucci (Org.). *Mulheres: da domesticidade à cidadania*. Águas de São Pedro: ANPOCS, 1987, 99 p.

RAGO, Margareth. As marcas da pantera: Foucault para historiadores. *Revista Resgate*, n. 5, Campinas, p. 22-32.

SCOTT, Joan. A história das mulheres. In: BURKE, Peter. (Org.). *A escrita da história*. São Paulo: UNESP, 1992.

SUPLICY, Marta. Novos paradigmas nas esferas de poder. In: *Estudos Históricos. Estudos Feministas*, n. 1, São Paulo: Editora Fundação Getulio Vargas, 1996, p. 132.

TSE. Disponível em <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos>. Acesso em 23 de maio de 2016.

VARINKAS, Eleni. Refundar ou reacomodar a democracia? Reflexões críticas acerca da paridade entre os sexos. *Estudos Feministas*, ano 4, n. 1. São Paulo: Editora Fundação Getulio Vargas, 1996, p. 65-94.

Recebido em 6 de junho de 2016.

Aprovado em 24 de agosto de 2016.